1.4.8. Processo n.º 000074-084/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Shirley Cristina de Barros Malcher

Origem: 2ª PJ de Rondon do Pará

Assunto: Apurar suposta improbidade administrativa cometida pelo Município de Rondon do Pará, tendo à época a Sra. Shirley Cristina Barros Malcher como prefeita

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.9. Processo n.º 004529-030/2021

Requerente(s): Justino Amorim Da Silva

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas (SEMSA)

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Recurso em Notícia de Fato. Recorrente alega descaso com a saúde pública no Município de Parauapebas

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, sendo devido o arquivamento nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.4.10. Processo n.º 000041-028/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Saúde de Nova Timboteua e Luis Carlos Castro

Origem: PJ de Nova Timboteua

Assunto: Ausência de repasse dos 15% de contrapartida destinado para os serviços de saúde do Município de Nova Timboteua, disposto no art. 07 da Lei Complementar n.º 141 de 2012

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

Itens 1.4.1 a 1.4.10 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho (relatora) e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.5. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

1.5.1. Processo n.º 000216-200/2016

Requerente(s): Alessandra Varella de Souza e outros

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar suposta violação a princípios administrativos consistente na contratação de servidores temporários, para preenchimento de vagas providas através do Concurso Público Municipal n.º 002/2015/PMA, tendo como investigada a Prefeitura Municipal de Ananindeua, por sua Secretaria Municipal de Saúde-SESAU

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.2. Processo n.º 000315-151/2017

Requerente(s): Associação dos Comerciantes e Usuários da CEASA/PA (ASSUCEPA)

Requerido(s): Centrais de Abastecimento do Para S/A (CEASA)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidade referentes ao descumprimento do Contrato n.º 001/2015, realizado entre a CEASA/PA e a Empresa Transcidade Serviços Ambientais Eireli EPP "Cidade Limpa" que não estaria realizando a limpeza do local de forma adequada

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.3. Processo n.º 000100-148/2021

Requerente(s): Banco do Estado do Para S.A. (BANPARÁ)

Requerido(s): Município de Baião

Origem: PJ de Baião

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por ex-gestores do Fundo Municipal de Saúde de Baião, os quais teriam deixado de repassar os valores descontados em empréstimos consignados dos servidores, no banco, referentes aos meses de dezembro/2019, abril/2020, maio/2020, junho/2020 e julho/2020

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pelo IMPROVIMENTO do Recurso em Notícia de Fato, para que seja mantida a homologação de arquivamento, observadas as formalidades legais.

1.5.4. Processo n.º 000043-043/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Marcílio Costa Picanço

Origem: PJ de Terra Santa

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público decorrente da manutenção do convênio de empréstimo entre a Prefeitura Municipal de Terra

Santa e a franquia Caixa Aqui (CEF), quando o proprietário da franquia, Sr. Marcílio Costa Picanço, foi eleito prefeito do município em 2018

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.5. Processo n.º 002568-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado Do Pará

Origem: 9ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar elementos que identifiquem os investigados e/ou objetos de irregularidades contratuais no âmbito do recurso público, referente ao serviço de nefrologia prestado no Hospital Regional Waldemar Penna

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.6. Processo n.º 004316-031/2021

Requerente(s): Priscilla Ketheny Gomes Farias e Vilidiane Moraes

Requerido(s): Banca IADES

Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém

Assunto: Apurar suposta irregularidade presente no edital do concurso público para oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará (Edital n.º 01-CFO/PMPA/SEPLAD de 12/11/2020)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pelo IMPROVIMENTO do Recurso em Notícia de Fato, para que seja mantida a homologação de arquivamento, observadas as formalidades legais.

1.5.7. Processo n.º 000926-710/2018

Requerente(s): Inês do Socorro da Silva Pantoja

Requerido(s): Águas de São Francisco

Origem: 1º PJ de Barcarena

Assunto: Apurar reclamação acerca da péssima qualidade da água fornecida pela Concessionária Águas de São Francisco, feita por moradores das Ruas Capitão Tomé Serrão, Sete de Setembro, Vereador João Pantoja, Travessa da Mariz, Travessa Jaime Dias, Santo Antônio, Avenida Congre da Silveira, Lameira Bitencourt, Avenida Magalhães Barata, Rua Frederico Vasconcelos, Almeida de Moraes, todas localizadas no Bairro Centro de Barcarena

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.8. Processo n.º 001147-382/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Rodrigo da Motta França

Origem: 2º PJ de Conceição do Araguaia

Assunto: Apurar suposto desvio funcional caracterizado como ato de improbidade administrativa, perpetrada por Delegado de Polícia Civil que levou 21 dias, a contar da data de determinada notícia criminis, para instaurar Inquérito Civil

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, observadas as formalidades legais.

1.5.9. Processo n.º 007774-030/2018

Requerente(s): ANÔNIMO

Requerido(s): Conselho Municipal de Habitação de Parauapebas

Origem: 6º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar possível fraude dentro do Conselho de Habitação do Município

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público. I, do Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.10. Processo n.º 001626-122/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará e Nazareno Benedito Correia

Requerido(s): Câmara Municipal de Igarapé-Miri

Origem: PJ de Igarapé-Miri

Assunto: Apurar a anulação do contrato n.º 001/2019, firmado entre o advogado Amadeu Pinheiro Corrêa Filho e a Câmara Municipal de Igarapé-Miri, cujo o objeto é a contratação de serviço de assessoria e consultoria jurídica

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público.

1.5.11. Processo n.º 000234-151/2016

Requerente(s): Vereadora Sandra Batista

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na SESAN, com relação a elevadas quantias do PROMABEN II, obtidos juntos ao BID e que seriam destinados para obras nos canais da Bacia do UNA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 8º, inciso VII do Regimento Interno do E. Conselho Superior do Ministério Público.